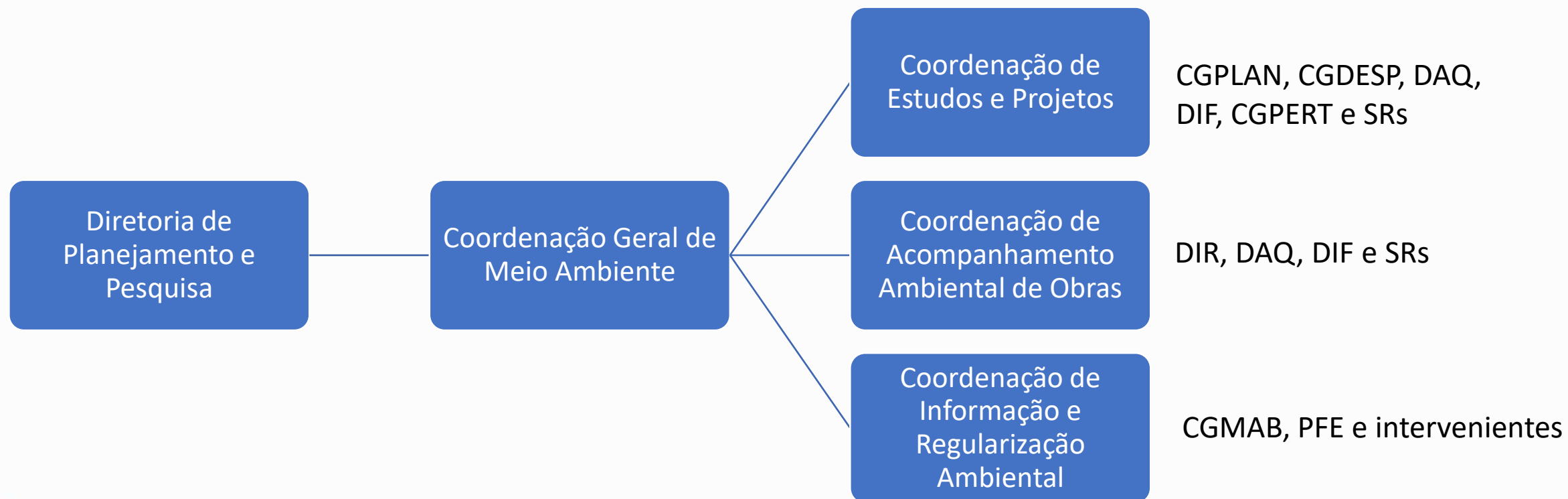


# **O DNIT E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**Fabrício Mamanny**



# CGMAB

Objetivo: viabilizar ambientalmente os empreendimentos do DNIT

Transversal

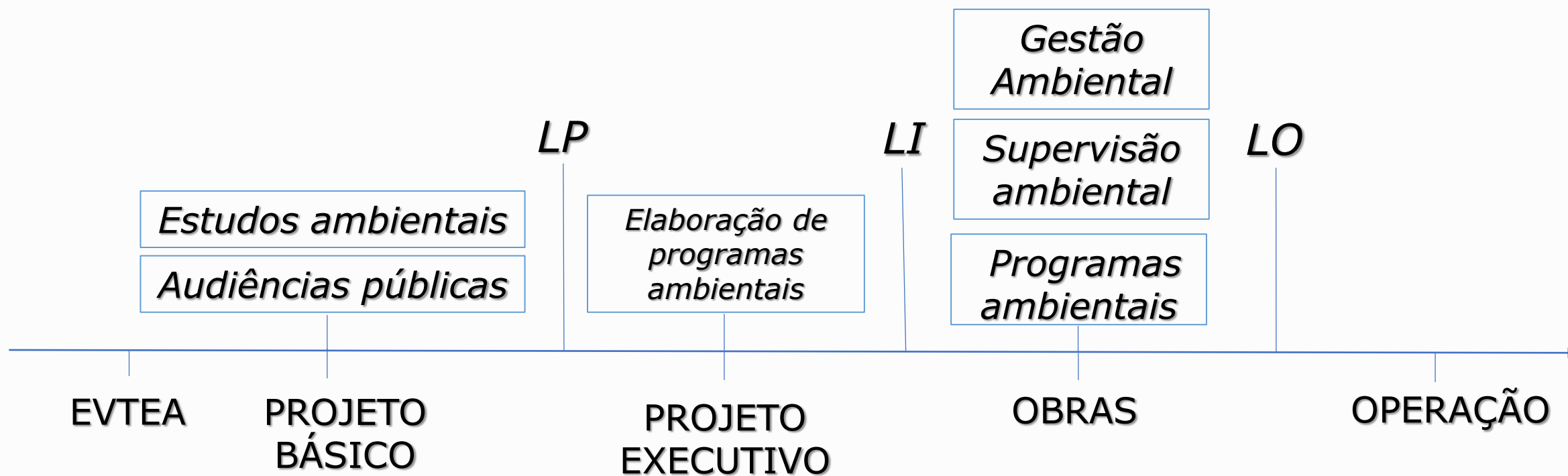
Multimodal

O licenciamento ambiental é um procedimento obrigatório que antecede a realização de empreendimentos de acordo com a legislação vigente. Poderá ser conduzido pelo IBAMA ou OEMA.





# LICENCIAMENTO AMBIENTAL



# EIA/RIMA

- É elaborado a partir de Termo de Referência elaborado pelo órgão ambiental.
- Identifica impactos.
- Existe consulta aos órgãos intervenientes.
- Possui ligação com o Projeto de Engenharia.

# **ORGÃOS INTERVENIENTES**

(Portaria Interministerial nº 060/2015)

São os órgãos e as entidades públicas federais envolvidos no licenciamento ambiental, incumbidos da elaboração de parecer sobre temas de sua competência, nos processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo IBAMA.

Cada órgão interveniente pode recomendar condicionantes ambientais relativas às suas áreas de competência.  
Exemplos:

- **FUNAI:** exige consulta aos indígenas e compensação (PBAI)
- **FCP:** exige estudos dos quilombolas e compensações
- **IPHAN:** Prospeção e resgate de sítios arqueológicos
- **MS:** exige a realização de campanhas para controle da malária
- **ICMBio:** Unidades de Conservação e CECAV (cavernas)

## X NEXO CAUSAL

“A licença ambiental não libera o empreendedor licenciado de seu dever de reparar o dano ambiental. Essa licença... retira o caráter de ilicitude do ato, mas não afasta a responsabilidade civil de reparar.”

*Paulo Afonso Leme Machado, 2011*

São obrigações elencadas nas licenças ambientais, que devem ser cumpridas pelo empreendedor, com a finalidade de reduzir, compensar ou monitorar os impactos negativos identificados no EIA, além de atender às previsões legais.



# PRINCIPAIS CONDICIONANTES

- Cumprir a “compensação ambiental” de que trata a Lei nº 9985/2000 – SNUC;
- Elaborar e executar os programas de mitigação do Plano Básico Ambiental – PBA;
- Obter e cumprir a ASV – Autorização de Supressão de Vegetação, bem como elaborar e executar o projeto de plantio compensatório;
- Acompanhamento dos programas de desapropriação e reassentamento;
- Elaborar e executar os programas de mitigação/compensação para Comunidades Indígenas e tradicionais;
- Pesquisa e Resgate de sítios arqueológicos e Educação Patrimonial.

# Autos de Infração

Danos ambientais (com ou sem crime):

- Áreas de apoio
- Animais (Fauna)
- Vegetação (Flora)
- Cursos Hídricos
- Patrimônio Material ou Imaterial

INSTRUÇÃO      NORMATIVA/Colegiada      Nº      02/2018      –  
Responsabilidade dos atores  
PORTARIA CONJUNTA DG/PFE Nº 01/2017 – Tramitação





































**CUIDADO  
TRAVERSIA DE  
ANIMAIS**





Mão-Pelada em:  
**Por um  
punhado  
de butias**

  
**BR-116/392**  
DEFESA AMBIENTAL













CASAS DE ARTESANATO

Mboya Guarani

BR-116 - DENTRO - FORTALEZA  
MBOYA GUARANI





















1. 6. 2016







# CGMAB EM NÚMEROS

- 23 contratos de estudos ambientais
- 18 contratos de gestão ambiental
- 12 instrumentos com entidades públicas
- 254 Licenças Prévias
- 339 Licenças de Instalação
- 168 Autorizações de Supressão Vegetal
- 22 Licenças de Operação

# PRINCIPAIS DESAFIOS

- Recursos para contratação e pagamentos de serviços e obrigações legais ambientais;
- Sobrecarga de condicionantes, estudos e programas ambientais a serem cumpridos;
- Compensações socioambientais que extrapolam a competência do DNIT, sobretudo nas indígenas;
- A anuência dos órgãos intervenientes (FUNAI, IPHAN, PALMARES, ICMBio), os quais exigem estudos e compensações ambientais onerosas e morosas ao DNIT;

# PRINCIPAIS DESAFIOS

- Atuação dos órgãos ambientais e intervenientes na emissão de licenças e autorizações ambientais;
- Visão dos órgãos ambientais de confundir o DNIT com um empreendedor privado;
- Consideração do fator Meio Ambiente desde o início do planejamento do empreendimento;

“Implementar a política de infraestrutura de transportes contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.”

